

IPO DA EDP RENOVÁVEIS

Mega-operação envolveu cinco sociedades de advogados

MLGTS e Linklaters trabalharam em Portugal e a S.J. Berwin em Espanha. O Brasil coube à Matos Filho. EUA e Grã-Bretanha à Cleary

João Maltez
jmaltez@mediafin.pt

Os analistas financeiros classificam-na como a maior operação do género realizada a nível europeu, pelo menos nos primeiros cinco meses deste ano. Mas a oferta pública inicial (IPO) da EDP Renováveis, que envolveu a participação de cinco sociedades de advogados coordenadas pela portuguesa MLGTS, ficou ainda marcada pelo ineditismo da cotação na bolsa nacional de uma sociedade de direito espanhol. Da reestruturação à fase da oferta, foi preciso acelerar para que tudo estivesse pronto em seis meses.

Nuno Galvão Teles, sócio da MLGTS e líder do grupo de seis advogados que acompanhou o processo do princípio ao fim, evidenciou ao Jornal de Negócios a complexidade desta operação, que, para além de ter sido desenvolvida em apenas seis meses, exigiu todo um trabalho de adequação de requisitos legais com base no direito de diferentes países.

Porque se pretendia que a EDP Renováveis se tornasse a primeira sociedade de di-

reito espanhol a ter as suas acções exclusivamente cotadas no mercado de cotações oficiais português, a equipa de assessoria jurídica necessitou lidar com um duplo sistema regulatório, o da CMVM e o da sua congénere do país vizinho.

Especificidades legais de vários países

Esta operação obrigou ainda a equipa de juristas coordenada por Nuno Galvão Teles a uma reestruturação societária das áreas de negócios de energia renováveis, tendo em vista a constituição da empresa que no passado dia 4 de Junho se apresentou aos investidores para a oferta pública inicial.

O IPO, cujo valor ascendeu a cerca de oito mil milhões de euros, foi dirigido ao público em geral, mas também a antigos e a actuais trabalhadores e accionistas da EDP e das suas subsidiárias, em Portugal e também em Espanha, Brasil e Estados Unidos, facto que acabou por tornar complexa a oferta pública, uma vez mais pela necessidade de adequar a este tipo de operações às especificidades legais de cada país.

Toda a transacção foi concebida e desenvolvida pela MLGTS, que assumiu também a coordenação das equipas jurídicas de outras jurisdições envolvidas na operação. No caso, a SJ Berwin (em Espanha), a Cleary, Gottlieb, Steen and Hamilton LLP (em Inglaterra e nos Estados Unidos) e a Matos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga.

Uma quinta sociedade de advogados, a Linklaters, através do escritório de Lisboa, actuou como consultor jurídico dos coordenadores globais da oferta, grupo composto pela Caixa - Banco de Investimento, Banco Millennium BCP Investimento, Banco Espírito Santo Investimento, Citigroup Global Markets, Morgan Stanley e os suíços da UBS.



Coordenada em termos jurídicos pela MLGTS, a IPO da EDP Renováveis foi montada em seis meses e exigiu negociações aturadas entre os reguladores dos mercados financeiros de Portugal e de Espanha.

SOCIEDADES E EQUIPAS ENVOLVIDAS NA OPERAÇÃO

MLGTS (Portugal)

- Nuno Galvão Teles
- Rui de Oliveira Neves
- Ricardo Andrade Amaro
- Madalena Callé Lucas
- Diana Duarte
- Mafalda Rebelo de Sousa

Cleary, Gottlieb (EUA e Grã-Bretanha)

- Ashar Qureshi
- Lisa Gan

S. J. Berwin (Espanha)

- Carlos Pazos
- Roberto Pomares

Linklaters (Portugal)

- António Soares
- Rita Oliveira Pinto
- Vera Ferreira de Lima
- Marcelo Arellano
- Raymond Fisher

Matos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. (Brasil)